



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**



**Organização
Mundial da Saúde**
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS **Américas**

**17ª SESSÃO DO SUBCOMITÊ DE PROGRAMA,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DO COMITÊ EXECUTIVO**

Washington, D.C., EUA, 22 a 24 março de 2023

SPBA17/FR
23 de março de 2023
Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

Página

Abertura da sessão	3
Assuntos relativos ao Regulamento	
Eleição da Mesa Diretora	4
Adoção da agenda	4
Assuntos relativos à política de programas	
Esboço do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025	4
Escala de contribuições fixas para 2024-2025	7
Colaboração com agentes não estatais	8
Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS	10
Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS	11
Assuntos administrativos e financeiros	
Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2022	12
Atualização sobre a nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027	13
Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana	14
Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana	15
Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital	18
Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	19
Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)	20
Assuntos de informação geral	
Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS	21
Projeto de agenda provisória para a 172ª sessão do Comitê Executivo	24
Outros assuntos	25
Encerramento da sessão	25
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A 17ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada de 22 a 23 de março de 2023. Como as instalações da sede da OPAS estavam em reforma, a sessão foi realizada no prédio da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, D.C. Compareceram à sessão delegados dos seguintes sete membros do Subcomitê, eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pelo Diretor: Argentina, Brasil, Estados Unidos da América, Honduras, Jamaica, República Dominicana e São Cristóvão e Névis. Delegados de Antígua e Barbuda, Bolívia (Estado Plurinacional da), Canadá, Espanha e México participaram na qualidade de observadores.

Abertura da sessão

2. O Dr. Jarbas Barbosa da Silva (Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana) abriu a sessão, dando boas-vindas aos delegados dos Membros do Subcomitê e dos Estados que participavam como observadores. Destacando algumas das realizações técnicas da Repartição em 2022, ele observou que a OPAS havia continuado a responder à pandemia de COVID-19, oferecendo orientações políticas, estratégicas e técnicas e lançando a Plataforma Regional para Promover a Fabricação de Vacinas contra a COVID-19 e Outras Tecnologias em Saúde nas Américas. A RSPA também havia prestado assistência vital em resposta a outras emergências, como os surtos de varíola símia (*monkeypox*) e cólera, diversos desastres naturais e a atual crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

3. Ao mesmo tempo, havia continuado a prestar cooperação técnica em áreas muito diversas para melhorar a saúde e o bem-estar dos povos das Américas. Por exemplo, os países haviam recebido apoio intensivo para processos de reforma do setor da saúde baseados na atenção primária à saúde, incluindo apoio de especialistas para expansão da força de trabalho em saúde, prestação de serviços, governança e reforma do financiamento em saúde. Os fundos de aquisição da OPAS haviam continuado a apoiar os Estados Membros na aquisição de vacinas, medicamentos essenciais e diagnósticos. Em resposta às crescentes preocupações sobre o impacto da pandemia de COVID-19, a Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) havia ajudado os países a elaborar e implementar políticas, planos e leis e desenvolver capacidades em saúde mental. Além disso, havia continuado a implementar as políticas regionais de transformação digital do setor da saúde e a aplicação da ciência de dados na saúde pública aprovada pelos Estados Membros em 2021¹ e havia avançado muito na implementação de projetos de telessaúde na atenção primária para reduzir as barreiras de acesso aos serviços de saúde.

4. Outras conquistas institucionais em 2022 incluíram o êxito da mobilização de recursos para apoiar o Plano Estratégico 2020-2025 da OPAS e o Orçamento por Programas 2022-2023; a introdução de formas inovadoras de trabalho, como o uso

¹ Ver Documentos CD59/6 e CD59/7 e Resoluções CD59.R1 e CD59.R2 (2021).

ampliado de novas ferramentas virtuais e o desenvolvimento de políticas de recursos humanos mais flexíveis; os avanços significativos nas áreas de infraestrutura de tecnologia da informação, operações e segurança da informação; a conclusão da avaliação externa da resposta da OPAS à pandemia de COVID-19; e o aumento da visibilidade da OPAS por ocasião do início das comemorações dos seus 120 anos.

Assuntos relativos ao Regulamento

Eleição da Mesa Diretora

5. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para constituírem a mesa diretora do Subcomitê para a 17ª Sessão:

<i>Presidente:</i>	República Dominicana	(Sr. Miguel Rodríguez)
<i>Vice-Presidente:</i>	São Cristóvão e Névis	(Dr. Patrick Martin)
<i>Relatora:</i>	Argentina	(Dra. Carla Moretti)

6. O Diretor atuou como Secretário *ex officio* e a Sra. Mary Lou Valdez (Diretora Adjunta da RSPA), como Secretária Técnica.

Adoção da agenda e programa de reuniões (Documentos SPBA17/1 e SPBA17/WP)

7. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pelo Diretor (Documento SPBA17/1) sem alterações. O Subcomitê também aprovou o programa de reuniões (Documento SPBA17/WP).

Assuntos relativos à política de programas

Esboço do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025 (Documento SPBA17/2)

8. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o esboço do orçamento por programas da OPAS para 2024-2025, observando que o processo de elaboração da proposta havia começado com o exercício de priorização iniciado em novembro de 2022, cujos resultados preliminares foram apresentados no Documento SPBA17/2. Ele destacou as principais considerações estratégicas subjacentes à proposta, ressaltando que o orçamento por programas 2024-2025 seria o último no âmbito do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 e que, durante o biênio, o foco da Repartição deixaria de ser a resposta de emergência à pandemia de COVID-19 e passaria para a cooperação técnica básica sustentada. O Sr. Maza observou que o orçamento global proposto para 2024-2025 era de US\$ 820 milhões,² incluindo \$700 milhões para programas básicos, um aumento de 3% em relação ao orçamento para 2022-2023, com um montante estimado de \$120 milhões para programas especiais e

² A não ser que outra moeda esteja indicada, todos os valores monetários neste documento estão expressos em dólares dos Estados Unidos.

emergências, comparado a \$202 milhões em 2022-2023. A proposta foi considerada prudente e realista em termos de financiamento.

9. O Sr. Maza relatou que, tendo em vista o impacto da pandemia e as dificuldades excepcionais resultantes nos Estados Membros, além das discussões em andamento sobre a escala de contribuições fixas da OEA (ver os parágrafos 19 a 22), o Diretor havia decidido não buscar nenhum aumento das contribuições fixas este ano, que, assim, continuariam inalteradas no valor de \$194,4 milhões. Ele ressaltou, porém, que as contribuições fixas não haviam aumentado desde o biênio 2012-2013, e que a manutenção do valor nominal de tais contribuições no mesmo nível por mais de 10 anos representava uma redução de \$50 milhões em termos reais. Também observou que, embora a Repartição tenha continuado a buscar eficiências e explorar formas de fazer mais com menos, havia um limite para o que era possível fazer dessa maneira. Ele enfatizou a necessidade de se chegar a um equilíbrio saudável entre contribuições voluntárias e fixas a fim de garantir a existência de recursos flexíveis quando necessário para a realização de programas prioritários, especialmente programas cronicamente subfinanciados, como os de doenças não transmissíveis.

10. O Subcomitê saudou os esforços da Repartição em fazer a transição da resposta de emergência para a fase de recuperação pós-pandemia e expressou seu apoio ao esboço do orçamento por programas e às prioridades nele identificadas. As prioridades relacionadas à promoção de cuidados integrados, ao fortalecimento dos sistemas regulatórios nacionais, à expansão da capacidade de produção regional, à melhoria do acesso a cuidados em saúde mental, ao fortalecimento da vigilância genômica, à revitalização dos programas de imunização e ao foco na atenção primária à saúde foram consideradas particularmente importantes. Um maior foco em doenças não transmissíveis, usando uma abordagem de prevenção primária, também foi considerado crucial. Vários delegados destacaram a necessidade de enfatizar continuamente a equidade e a solidariedade. Considerou-se fundamental fortalecer os sistemas de saúde e a força de trabalho em saúde a fim de lidar com as grandes perturbações de serviços de saúde essenciais que haviam ocorrido durante a pandemia. Salientou-se que um aspecto crítico do fortalecimento dos sistemas de saúde era a manutenção da infraestrutura e dos equipamentos, o que era um desafio para muitos países em desenvolvimento.

11. O exercício de priorização foi considerado vital para identificar e abordar as prioridades regionais, assegurando que a alocação de recursos no âmbito do orçamento por programas 2024-2025 refletisse adequadamente as necessidades regionais de saúde e orientando os esforços coletivos para alcançar objetivos comuns, incluindo os identificados no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A transferência de mais recursos para programas básicos foi vista como apropriada no contexto pós-COVID, assim como a transição para cooperação técnica básica sustentada. A Repartição foi solicitada a indicar quais programas seriam afetados por essa transição e a fornecer informações sobre qualquer mudança resultante de pessoal. Também se solicitou que a Repartição indicasse como a perspectiva de igualdade de gênero seria incorporada em todo o orçamento por programas.

12. Assinalou-se que a alocação da OMS para a Região das Américas representaria 42% do orçamento para programas básicos, e sugeriu-se que a Repartição deveria ter um plano para possíveis lacunas no financiamento efetivamente recebido. Também se assinalou que havia um aumento projetado de \$3,5 milhões, ou 1,6%, na alocação regional para programas básicos, o que estava muito aquém do aumento de 20% das contribuições fixas proposto no orçamento por programas da OMS para 2024-2025.³ A Repartição foi solicitada a comentar sobre os motivos pelos quais a Região estava recebendo uma parcela tão pequena do aumento geral dos recursos da OMS. Além disso, foi solicitada a indicar se participaria das discussões sobre a escala de contribuições da OEA.

13. O Sr. Maza respondeu que a Repartição estava envolvida em discussões com o pessoal de orçamento e finanças da OEA, e que esse diálogo prosseguiria quando a OEA começasse a apreciação de uma nova escala de contribuições, em junho de 2023. Ele observou que qualquer mudança na escala da OEA afetaria apenas a distribuição das contribuições fixas na OPAS; o nível geral das contribuições fixas permaneceria inalterado. Além disso, ressaltou que o esboço do orçamento por programas da OMS para 2024-2025 não previa um aumento geral do orçamento. Em vez disso, propunha uma redistribuição para garantir que 50% da parcela de programas básicos fosse alocada em nível nacional. Essa redistribuição havia levado a um aumento no valor de \$3,5 milhões para a Região das Américas. No entanto, era importante observar que, embora a participação da Região na margem orçamentária da OMS houvesse aumentado gradativamente nos cinco biênios anteriores, o nível de financiamento que a Região efetivamente recebia não havia aumentado na mesma proporção. De modo geral, a Região recebeu cerca de 25% a menos do que havia sido orçado.

14. O Sr. Maza explicou que não era possível dizer, naquele momento, quais programas específicos seriam afetados pela transição para a cooperação técnica básica sustentada; cada departamento e programa precisaria determinar as áreas carentes de atenção adicional. Com relação à forma como a igualdade de gênero seria incorporada ao orçamento por programas, ele lembrou que a questão de gênero foi um dos temas transversais identificados no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. Como tal, foi tratada de forma integrada não apenas no orçamento por programas, mas em todas as estratégias e planos de ação aprovados pelos Estados Membros. A questão de gênero também foi incorporada ao planejamento operacional, ao monitoramento de desempenho e à avaliação.

15. O Diretor observou que as consultas com os Estados Membros sobre o esboço do orçamento por programas para 2024-2025 faziam parte de um importante processo de planejamento da transição da fase aguda da pandemia de COVID-19 para a recuperação pós-pandemia. O orçamento por programas precisava refletir as mudanças nas prioridades dos Estados Membros em consequência da pandemia. A saúde digital, por exemplo, que tinha uma prioridade relativamente baixa antes da pandemia, passou a ser considerada uma prioridade muito maior. Ao mesmo tempo, o esboço do orçamento por programas precisou levar em conta a necessidade de continuar enfrentando a COVID-19 e outras eventuais emergências. Ele ressaltou que, durante o biênio 2024-2025, seria importante iniciar as

³ Ver o Documento EB152/27 do Conselho Executivo da OMS (2023).

discussões sobre o próximo Plano Estratégico da OPAS, cobrindo o período de 2026 a 2030. Em sua opinião, seria necessário analisar melhor as prioridades para reduzir a lista de prioridades do novo Plano Estratégico das 28 atuais para um número mais estratégico e razoável.

16. Com relação à igualdade de gênero, observou que recentemente a Unidade de Equidade, Gênero, Direitos Humanos e Diversidade Cultural havia sido retirada do Gabinete da Diretora Adjunta e colocada sob a responsabilidade do Subdiretor, como no passado. Essa mudança possibilitaria uma interação mais próxima entre a Unidade e os vários departamentos técnicos e proporcionaria uma melhor plataforma para integrar gênero e equidade aos programas técnicos da Organização.

17. Com relação à alocação da OMS para a Região, o Diretor enfatizou que a promoção contínua da causa pelos Estados Membros da OPAS continuaria sendo importante para assegurar não apenas o aumento do envelope orçamentário, mas também uma maior quantidade de fundos para a Região. Ele ressaltou que a Região das Américas diferia das outras regiões da OMS em termos da presença nos países e da capacidade de implementar atividades. As outras regiões eram muito mais dependentes da Secretaria da OMS. No entanto, a Região não deveria ser penalizada por sua maior independência e capacidade. Ele disse ser importante que todas as regiões recebessem uma parcela equitativa do orçamento da OMS. Além disso, a alocação para a Região das Américas deveria refletir o fato de que ela se caracterizava por uma tremenda desigualdade, que alguns países eram pobres e tinham altos índices de pobreza e que a pobreza havia aumentado em toda a Região durante a pandemia. Ele garantiu aos Estados Membros que a Repartição lhes daria todas as informações necessárias para participar das discussões de orçamento e financiamento da OMS com o objetivo de melhorar a distribuição equilibrada de recursos entre as seis regiões da OMS.

18. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Escala de contribuições fixas para 2024-2025 (Documento SPBA17/3)

19. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o Documento SPBA17/3, lembrando que as contribuições fixas da OPAS foram estabelecidas de acordo com a escala da OEA. A escala a ser aplicada para 2024-2025 dependeria do resultado das discussões durante a Assembleia Geral da OEA, a ser realizada em junho de 2023, na qual os Estados Membros da OEA iriam considerar uma nova escala da OEA para 2024-2025 e mais além. Caso nenhuma escala nova tivesse sido adotada antes da 172ª Sessão do Comitê Executivo ou do 60º Conselho Diretor da OPAS, a Repartição proporia, como medida provisória, a manutenção da escala aprovada pelos Órgãos Diretores para 2022-2023. Caso a nova escala da OEA não fosse adotada até depois do 60º Conselho Diretor, os Estados Membros da OPAS precisariam considerar uma escala revisada em data futura.

20. Na discussão que se seguiu, uma delegada expressou seu apoio à abordagem proposta pela Repartição e afirmou o compromisso de seu país em pagar as contribuições fixas.

21. O Diretor disse que a Repartição continuaria a monitorar o progresso das discussões na OEA. Ele agradeceu aos Estados Membros que haviam feito pagamentos referentes a suas contribuições fixas e reafirmou a importância de pagar pontualmente todas as contribuições fixas a fim de permitir que a Repartição continuasse prestando cooperação técnica aos Estados Membros.

22. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Colaboração com agentes não estatais (Documento SPBA17/4)

23. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) lembrou que o Quadro de Colaboração com Agentes Não Estatais (FENSA, na sigla em inglês) havia sido adotado pelo Conselho Diretor da OPAS em setembro de 2016,⁴ observando que as ações tomadas pela Repartição para implementar o FENSA em 2022 estavam detalhadas no Documento SPBA17/4. Ela informou que, para assegurar uma implementação consistente do FENSA na Região, a Repartição revisava e atualizava regularmente suas regras e procedimentos e fornecia orientações e recomendações ao pessoal sobre possíveis colaborações com agentes não estatais. Além disso, continuava a se articular com a Secretaria da OMS e com os pontos focais do FENSA em outras regiões para garantir uma implementação coerente do FENSA em âmbito mundial. A Repartição também continuava melhorando a capacitação de todo o pessoal no FENSA. Uma ferramenta on-line de capacitação, a ser lançada em 2023, estaria disponível para todo o pessoal da RSPA, além de ser disponibilizada externamente para uso pelos Estados Membros, a fim de orientar a colaboração e gerir potenciais riscos e conflitos de interesse com agentes não estatais.

24. A Dra. Jiménez destacou que a Repartição colaborava proativamente com uma ampla gama de agentes não estatais para apoiar os Estados Membros e cumprir a missão da Organização. Antes de colaborar com um agente não estatal, a Repartição realizava uma análise minuciosa de *due diligence* e avaliação de risco, conforme estipulado nas diretrizes do FENSA. Em 2022, a Repartição havia feito mais de 200 avaliações desse tipo, e cerca de 97% das colaborações propostas haviam sido aprovadas. O principal motivo para não colaborar com agentes não estatais eram vínculos com a indústria do tabaco. Além disso, como havia feito durante toda a pandemia, a Repartição continuou fazendo análises aceleradas de *due diligence* para atividades emergenciais.

25. O Subcomitê saudou os esforços da Repartição para aumentar a colaboração com agentes não estatais de forma a promover a missão da Organização, a aplicação consistente e uniforme do FENSA e o contínuo alinhamento com a Secretaria da OMS na implementação do Quadro. O FENSA era considerado um instrumento importante para assegurar transparência nas colaborações com agentes não estatais e para proteger a

⁴ Ver Documento CD55/8, Rev. 1, e Resolução CD55.R3 (2016).

integridade, a independência e a reputação da Organização. Os esforços para atualizar a política e os procedimentos da OPAS relacionados ao FENSA em resposta a necessidades institucionais foram aplaudidos, bem como os cursos de capacitação no FENSA em andamento. A Repartição foi solicitada a confirmar que a capacitação no FENSA estava incluída no processo de indução de pessoal de todas as representações da OPAS/OMS nos países. Uma delegada perguntou se seriam desenvolvidos indicadores de desempenho para o novo curso de capacitação on-line.

26. Observou-se que o número de análises de *due diligence* e avaliações de risco realizadas em 2022 havia sido menor que em 2021, e solicitou-se à Repartição que explicasse os motivos para essa redução. Uma delegada perguntou se, tendo em vista as limitações de recursos, considerava-se essencial que colaborações consideradas de baixo risco fossem sempre avaliadas. A Repartição foi solicitada a indicar qual porcentagem das colaborações propostas estava relacionada a situações de emergência e crises sanitárias, se havia a intenção de manter o processo acelerado de revisão dessas colaborações em longo prazo e se havia planos de fazer avaliações para identificar sistematicamente as lições aprendidas com o processo simplificado.

27. Uma delegada observou que os comentários que o seu governo havia recebido de uma grande variedade de agentes não estatais no contexto da OMS sugeriam a existência de problemas importantes na implementação do FENSA, o que havia limitado o número de colaborações produtivas com agentes não estatais. Ela perguntou se a Repartição havia recebido algum comentário semelhante de agentes não estatais. Outra delegada perguntou se a Repartição julgava estar recebendo apoio técnico, assessoria e orientação suficientes da unidade da OMS especializada no FENSA, especialmente no que diz respeito a colaborações complexas ou de mais alto risco.

28. A Dra. Jiménez explicou que o número de análises de *due diligence* e avaliações de risco havia aumentado em 2020 e 2021 como resultado da pandemia de COVID-19. Embora o número tivesse diminuído um pouco em 2022, continuava significativamente maior do que o número de avaliações realizadas antes da pandemia. Ela explicou que a Repartição considerou necessário continuar a conduzir avaliações simplificadas de colaborações de baixo risco a fim de garantir que potenciais riscos — como qualquer envolvimento de um agente não estatal com a indústria do tabaco — fossem identificados. As informações sobre a proporção das avaliações relacionadas a emergências seriam incluídas no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo.

29. Com relação à percepção, dentro da OMS, de que o FENSA tinha um envolvimento limitado com agentes não estatais, ela observou que a Secretaria da OMS tinha processos de análise de *due diligence* e avaliação de risco diferentes dos da OPAS. A Repartição fazia suas próprias análises de *due diligence* e assim era capaz de responder rapidamente às colaborações propostas. Não obstante, colaborava estreitamente com a Secretaria da OMS, compartilhando informações e dialogando regularmente sobre as colaborações propostas.

30. A Dra. Jiménez confirmou que a capacitação no FENSA estava incluída no processo de indução de Representantes da OPAS/OMS, destacando que também se oferecia periodicamente uma capacitação de atualização para todos os gerentes da RSPA. Além disso, confirmou que a Repartição planejava fazer uma avaliação não apenas do novo curso on-line, mas de todo o programa de capacitação no FENSA.

31. O Diretor afirmou que, por fazer as próprias análises de *due diligence*, a Repartição era mais ágil e tinha mais facilidade para colaborar com agentes não estatais. Ele observou que a pandemia de COVID-19 havia aumentado a visibilidade do setor da saúde e de organizações de saúde como a OPAS, o que havia aumentado as oportunidades de colaboração com agentes não estatais. O FENSA propiciava um instrumento para promover tal colaboração, ao mesmo tempo em que protegia a Organização contra riscos e assegurava que a colaboração com agentes não estatais fosse realmente benéfica para os Estados Membros.

32. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS (Documento SPBA17/5)

33. A Sra. Regina Campa (Assessora do Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos da RSPA) lembrou que as relações oficiais entre a OPAS e os agentes não estatais se baseavam em um plano trienal de colaboração desenvolvido e acordado pelo agente não estatal e a Repartição. Esses planos trienais eram estruturados de acordo com o Plano Estratégico da OPAS e não podiam ter caráter predominantemente comercial nem fins lucrativos. Ela relatou que, nesse período, haviam sido recebidas duas solicitações de agentes não estatais que buscavam firmar relações oficiais com a OPAS. Além disso, 11 agentes não estatais com relações oficiais deveriam passar por sua revisão trienal.

34. A Repartição havia analisado as solicitações da Coalizão América Saudável (Coalition for Americas' Health) e a Federação Internacional de Diabetes conforme o FENSA e determinado que ambas atendiam aos requisitos para o estabelecimento de relações oficiais com a OPAS. Portanto, recomendou que suas solicitações fossem aprovadas. A Repartição também recomendou a continuidade das relações com todos os 11 agentes não estatais cuja revisão trienal estava pendente.

35. O Subcomitê realizou uma reunião a portas fechadas para considerar as recomendações pertinentes a cada agente não estatal. Depois de examinar as informações confidenciais facilitadas pela Repartição, o Subcomitê decidiu recomendar ao Comitê Executivo a aprovação do estabelecimento de relações oficiais da Coalizão América Saudável e da Federação Internacional de Diabetes com a OPAS. O Subcomitê também recomendou a continuidade das relações oficiais entre a OPAS e a Associação Americana do Coração, a Associação Americana de Saúde Pública, a Sociedade Americana de Microbiologia, a Basic Health International, a Global Oncology, a Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, a March of Dimes, a Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades e Escolas de Medicina, a Federação

Pan-Americana de Profissionais de Enfermagem, a Convenção Farmacopeica dos Estados Unidos e a Associação Mundial de Saúde Sexual.

36. O Presidente anunciou que as recomendações do Subcomitê seriam apresentadas à 172ª Sessão do Comitê Executivo na forma de projeto de resolução.

Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS (Documento SPBA17/6)

37. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) apresentou um breve panorama dos trabalhos do Comitê de Auditoria e chamou atenção para seus termos de referência, que apareceram como um anexo ao Documento SPBA17/6. Ela observou que, de acordo com esses termos de referência, os três membros do Comitê de Auditoria eram eleitos pelo Comitê Executivo e serviam não mais de dois mandatos completos de três anos cada. Como o mandato de um dos membros terminaria em junho de 2023, seria necessário que o Comitê Executivo nomeasse um novo membro para preencher essa vaga durante sua 172ª sessão, em junho de 2023. Em conformidade com o processo de identificação de candidatos para o Comitê de Auditoria, o Diretor havia atualizado a lista de potenciais candidatos qualificados para preencher as vagas do Comitê de Auditoria e formulado uma lista preliminar a ser considerada pelo Subcomitê, que recomendaria um candidato ao Comitê Executivo. Documentos relevantes sobre os candidatos foram distribuídos aos Membros do Subcomitê.

38. O Subcomitê decidiu criar um grupo de trabalho composto pelos delegados dos Estados Unidos da América, de Honduras e de São Cristóvão e Névis para examinar a lista de candidatos proposta pelo Diretor. Posteriormente, a Dra. Dafne Carias Mossi (Honduras), presidente do grupo de trabalho, informou que o grupo de trabalho havia avaliado os três candidatos propostos com base nos critérios formulados na Seção 4 dos termos de referência e havia selecionado cinco fatores críticos para classificar os candidatos. Cada membro do grupo havia classificado cada um dos candidatos separadamente e, em seguida, as pontuações haviam sido somadas e a média dos resultados individuais, calculada. A Sra. Sara R. Greenblatt havia sido selecionada como a candidata a ser recomendada para indicação ao Comitê de Auditoria.

39. Foi externada gratidão ao Sr. Clyde MacLellan, cujo mandato terminaria em 2023, por suas contribuições durante todo o seu mandato no Comitê de Auditoria e à Repartição por seus esforços para obter um grupo diversificado de candidatos qualificados.

40. O Diretor agradeceu aos membros do grupo de trabalho, que haviam se confrontado com uma escolha difícil, dado o número de candidatos qualificados. Ele observou que o Comitê de Auditoria era uma parte essencial do sistema do processo de auditoria da OPAS, que promovia a transparência e a responsabilidade na Organização.

41. O Subcomitê endossou a recomendação do grupo de trabalho. O Presidente anunciou que a recomendação do Subcomitê seria comunicada ao Comitê Executivo.

Assuntos administrativos e financeiros***Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2022 (Documento SPBA17/7)***

42. O Sr. Christos Kasapantoniou (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) apresentou uma visão geral do relatório financeiro do Diretor para 2022, observando que as demonstrações financeiras ainda estavam sendo auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o National Audit Office do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (NAO), e que o relatório auditado seria apresentado à 172ª Sessão do Comitê Executivo em junho.

43. Destacando as principais tendências com relação a receitas e despesas, ele relatou que as cifras preliminares não auditadas mostravam que a receita total consolidada em 2022 havia totalizado \$1.577,5 milhões, em comparação com \$1.794,4 milhões em 2021, uma redução de 12%, mas o montante continuava sendo significativamente maior que em 2019, o ano de referência pré-pandemia. A receita do orçamento por programas havia crescido de \$362,4 milhões em 2021 para \$410,6 milhões em 2022 devido a um aumento nas contribuições voluntárias tanto da OPAS quanto da OMS, o que por sua vez se deveu principalmente a aumentos nas contribuições relacionadas à emergência de COVID-19. A arrecadação de contribuições fixas havia melhorado em relação a 2021, mas o saldo pendente de \$65 milhões continuava sendo maior que em 2018 e anos anteriores. Como resultado dos atrasos no pagamento das contribuições fixas, a Repartição também se viu forçada a esgotar o saldo do Fundo de Capital de Giro e fazer um empréstimo de outros fundos irrestritos. A receita de compras em nome dos Estados Membros havia totalizado \$1.093,2 milhões, menos que em 2021, mas substancialmente maior do que em 2019 e 2020. Como em anos anteriores, as aquisições feitas pelo Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas tinham sido responsáveis pela maior parcela da receita de compras.

44. As cifras preliminares não auditadas mostraram que os gastos totais consolidados para 2022 tinham sido de \$1.561,8 milhões, em comparação com \$1.785,1 milhões em 2021. As compras de provisões, produtos primários e materiais haviam representado a maior parcela das despesas.

45. Na discussão que se seguiu, observou-se que a Repartição havia utilizado todo o Fundo de Capital de Giro e havia tomado empréstimos de fundos irrestritos para implementar o orçamento por programas em 2022. Solicitou-se uma explicação do Sr. Kasapantoniou sobre as dificuldades que a situação havia causado para a Organização e questionou-se se a Repartição esperava poder suprir as necessidades utilizando exclusivamente o Fundo de Capital de Giro em 2023 ou se precisaria tomar empréstimo de fundos irrestritos novamente.

46. O Sr. Kasapantoniou explicou que o alto nível de contribuições fixas não pagas havia colocado uma pressão significativa sobre a Repartição em termos do financiamento de operações e da implementação do programa da Organização. Ele enfatizou a necessidade de pagamento das contribuições fixas dentro do prazo.

47. O Diretor lembrou que as contribuições fixas haviam se mantido sem mudanças por mais de uma década, o que significava que, em termos reais, as contribuições fixas haviam diminuído em \$50 milhões. Ao mesmo tempo, o tamanho do saldo pendente de contribuições fixas havia aumentado, forçando a Repartição a aumentar sua eficiência para fazer muito mais com menos. Porém, esta situação estava limitando a capacidade da OPAS de fortalecer sua cooperação técnica ao dificultar em muito o preenchimento de algumas vagas de trabalho. À medida que a Organização fazia a transição da resposta à pandemia para a recuperação da pandemia, era importante preencher esses cargos para implementar o orçamento por programas aprovado pelos Estados Membros e abordar as novas prioridades que surgiram durante a pandemia. Ele incentivou todos os Estados Membros a pagar suas contribuições fixas integralmente e em tempo hábil. Além disso, observou que a Repartição planejava entrar em contato tanto com doadores novos quanto com doadores tradicionais para mobilizar contribuições voluntárias adicionais, a fim de aumentar o financiamento para o orçamento aprovado pelos Estados Membros.

48. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre a nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027 (Documento SPBA17/8)

49. O Sr. Christos Kasapantoniou (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) lembrou que o mandato do Auditor Externo era de quatro anos e podia ser prorrogado uma vez por mais dois anos. O mandato do atual Auditor Externo iria expirar em 2023. De acordo com os procedimentos estabelecidos, uma nota verbal havia sido enviada a todos os Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados solicitando indicações para o cargo de Auditor Externo para os biênios 2024-2025 e 2026-2027. A Repartição havia recebido uma indicação, do Governo do Chile, nomeando sua Controladoria-Geral. Caso atendesse aos requisitos, a Repartição encaminharia a indicação, juntamente com a documentação relacionada, ao Comitê de Auditoria para consideração. Em seguida, a indicação, juntamente com qualquer comentário feito pelo Comitê de Auditoria, seria apresentada aos Órgãos Diretores da OPAS em 2023.

50. A Repartição foi encorajada a continuar seus esforços para recrutar múltiplos candidatos para futuras nomeações para Auditor Externo a fim de garantir que o processo de seleção seja o mais competitivo possível.

51. O Sr. Kasapantoniou observou que apenas uma indicação havia sido recebida e que o mesmo havia ocorrido no processo de indicação anterior, embora em ambos os casos as notas verbais que pediam indicações tivessem sido amplamente divulgadas.

52. O Diretor manifestou gratidão pelo excelente trabalho do National Audit Office do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Embora reconhecesse a importância de aumentar a participação no processo de seleção, observou que sempre havia sido difícil encontrar candidatos qualificados para realizar um trabalho tão especializado.

53. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (Documento SPBA17/9)

54. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) explicou que as modificações do Regulamento do Pessoal da RSPA refletiam recomendações feitas pela Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC, na sigla em inglês) à Assembleia Geral das Nações Unidas com base na experiência adquirida e em boas práticas de gestão de recursos humanos. As modificações foram feitas para manter a congruência entre as condições de emprego do pessoal da OPAS e de outras organizações do sistema comum das Nações Unidas.

55. Seguindo as recomendações da ICSC, a Assembleia Geral das Nações Unidas havia aprovado um aumento de 2,28% na escala de salário-base para as categorias profissionais e superiores, o que também se aplicaria aos cargos de Diretor, Diretor Adjunto e Subdiretor da RSPA. O aumento havia sido implementado sem perdas nem ganhos, resultando em variação zero na remuneração líquida. O ajuste teria um impacto financeiro de aproximadamente \$1,2 milhão por ano para o sistema das Nações Unidas como um todo e menos de \$12.000 por ano para a OPAS. A Assembleia Geral também havia aprovado um aumento de \$787 do subsídio para filhos com deficiência, trazendo o total para \$6.645 por filho por ano, mas não havia aprovado um aumento semelhante no subsídio para filhos dependentes. Como resultado, o Artigo 340.2 do Regulamento do Pessoal seria modificado para desvincular o cálculo desses dois subsídios. Esse ajuste teria um impacto financeiro de aproximadamente \$5.500 para a OPAS.

56. Foi proposto que o número de feriados oficiais observados pelo pessoal da RSPA fosse aumentado de 10 para 11 dias por ano para permitir que o pessoal da RSPA nos Estados Unidos da América observe o dia 19 de junho (*Juneteenth*), no espírito da iniciativa Diversidade, Equidade e Inclusão da OMS. As representações nos países determinariam os feriados adicionais a serem observados conforme os feriados nacionais oficiais de cada país. Também foram propostas modificações para combinar os direitos a licença maternidade e paternidade sob um único inciso, “licença parental”, a fim de promover a igualdade nas oportunidades profissionais e proporcionar a pais e mães a oportunidade de passar tempo com seus filhos após o nascimento ou a adoção. A implementação dessas melhores práticas ajudaria a RSPA a atrair e reter os profissionais mais capacitados.

57. Na discussão que se seguiu, solicitou-se à Repartição que esclarecesse se eram necessárias medidas para assegurar que as recomendações da ICSC fossem plenamente incorporadas na OPAS. Solicitou-se a inclusão de uma explicação técnica mais detalhada do processo de adoção de tais recomendações no documento a ser preparado para o Comitê Executivo. Com relação à licença parental, a Repartição foi encorajada a enfatizar que a pessoa gestante deve ter prioridade na solicitação dessa licença. Com relação às adoções, solicitou-se à Repartição que esclarecesse se a idade da criança adotada seria levada em consideração para conceder pedidos de licença parental.

58. A Dra. Barillas disse que seriam incluídos esclarecimentos a respeito da política de licença parental no documento apresentado ao Comitê Executivo. A Repartição concordou que a prioridade para a licença parental deveria ser dada à gestante.

59. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) explicou que a OPAS aplicou automaticamente as recomendações da ICSC. Em 2023, a OMS precisou tomar medidas adicionais para esclarecer que estava obrigada a implementar modificações relacionadas a escalas salariais e ajustes por lugar de destino, pois não havia feito isso no passado. Embora nenhuma ação adicional na OPAS fosse legalmente exigida, um parágrafo seria incluído no documento apresentado ao Comitê Executivo para fazer esclarecimentos.

60. O Diretor disse que atualizar o Regulamento do Pessoal da RSPA era um passo importante para manter a reputação da OPAS como um bom local de trabalho e para atrair e reter profissionais qualificados da Região e do resto do mundo para prestar cooperação técnica aos Estados Membros.

61. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana (Documento SPBA17/10)

62. Ao apresentar o relatório de gestão de recursos humanos, a Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) observou que, em 2022, a Repartição havia concentrado seus esforços em atividades de alta prioridade que estavam em linha com os três pilares de sua estratégia de recursos humanos, a Estratégia para o Pessoal 2.0. A nova política de estágios havia viabilizado a participação de 82 estagiários. A Repartição havia lançado com sucesso o módulo de recrutamento do sistema de gestão de recursos humanos Workday, que foi utilizado na contratação de 386 consultores. A política de teletrabalho havia sido atualizada para continuar apoiando o retorno do pessoal ao local de trabalho. Uma segunda pesquisa de engajamento dos funcionários havia sido realizada e os achados haviam sido utilizados para desenvolver planos de ação para continuar monitorando e avaliando o desempenho institucional. Com base nos achados da análise de lacunas de habilidades e competências, a Repartição havia começado a desenvolver percursos de aprendizado adicionais nas plataformas on-line existentes.

63. Com relação às estatísticas de dotação de pessoal da RSPA, a Dra. Barillas informou que o número de trabalhadores contingentes totalizava 1.541 (65% da força de trabalho total). Desde 2018, o número de cargos de prazo fixo havia diminuído em 7%, refletindo os esforços da Repartição para mitigar os impactos da crise financeira. Entretanto, em linha com seu planejamento estratégico institucional de recursos humanos para 2022-2023, a Repartição havia realizado 100 processos seletivos competitivos para contratação de funcionários de prazo fixo, dos quais 50% haviam sido preenchidos por candidatos internos. Em termos de paridade de gênero, 60% de toda a força de trabalho eram mulheres. Desde 2018, tinha havido um aumento de 8% no número de mulheres ocupando cargos de chefia nas representações da OPAS/OMS. Entretanto, houve uma

diminuição de 2% no número de mulheres nos níveis P4, P5, P6, D1 e D2. A Dra. Barillas relatou que houve dois casos confirmados de irregularidades envolvendo funcionários da RSPA em 2022, que haviam resultado em demissão sumária.

64. Na discussão que se seguiu, expressou-se apoio à Estratégia para o Pessoal 2.0. Os delegados saudaram os esforços para adotar um modelo de trabalho híbrido e atualizar a política interna. Os países foram encorajados a apresentar candidatos para cargos da categoria profissional internacional de prazo fixo. Os delegados expressaram preocupação com a diminuição do número de mulheres em cargos de alto nível, embora tenham reconhecido que os esforços da Repartição para alcançar a paridade de gênero haviam levado a uma maior porcentagem de mulheres atuando como representantes da OPAS/OMS. Também se expressou preocupação com a proporção da força de trabalho composta por trabalhadores contingentes.

65. Os delegados notaram com satisfação a realização da análise de lacunas de habilidades e competências em 2022 e encorajaram a Repartição a continuar facilitando o acesso a recursos de desenvolvimento de pessoal. Considerou-se fundamental fortalecer os mecanismos de transferência de conhecimento conforme a Organização evoluía para um local de trabalho híbrido e passava por uma mudança geracional de pessoal. Com relação aos achados da pesquisa de engajamento de pessoal, solicitou-se à Repartição que indicasse se os resultados haviam melhorado desde a pesquisa anterior de 2019 e como as principais conclusões seriam abordadas.

66. Solicitaram-se informações adicionais sobre o número de denúncias de conduta indevida recebidas durante o período do relatório e os custos financeiros incorridos pela Organização como resultado dos dois casos de fraude. A Repartição também foi solicitada a apresentar uma atualização sobre a criação dos cargos propostos nas representações da OPAS/OMS nos países para ajudar na prevenção e resposta à exploração e ao abuso sexual e sobre as atividades de conscientização e os cursos de capacitação relacionados que haviam sido realizados na Região.

67. Por último, a Repartição foi encorajada a cogitar o fornecimento de recursos humanos adicionais para as representações da OPAS/OMS nos países, especialmente em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a fim de prestar um apoio técnico forte para apoiar os países no fortalecimento de seus sistemas de saúde, na consecução de seus objetivos de saúde e no desenvolvimento da capacidade necessária para fortalecer a resiliência e preparar-se para futuras emergências de saúde. Destacou-se que as representações da OPAS/OMS precisavam de recursos suficientes para aproveitar as oportunidades de modernizar e racionalizar as operações administrativas.

68. A Dra. Barillas disse que a Repartição reconhecia a necessidade de fortalecer o mecanismo de aprendizado e disponibilizar tempo para que o pessoal possa realizar atividades de desenvolvimento pessoal e profissional, como o desenvolvimento de capacidades técnicas para atender às necessidades críticas dos países. As plataformas de aprendizado on-line ofereciam uma solução sustentável e acessível e uma forma de monitorar a capacitação. Com relação à pesquisa de engajamento de pessoal, ela relatou

que houve um aumento de 3% na participação e um aumento de 6% na pontuação geral em comparação com a primeira pesquisa, realizada em 2019. Embora ainda houvesse muito trabalho a ser feito, o número de funcionários considerados “engajados” com a OPAS havia aumentado de 31% para 42%. A Repartição estava trabalhando para assegurar que cada escritório estivesse desenvolvendo e implementando um plano de trabalho específico para lidar com os achados da pesquisa. Com relação à paridade de gênero, ela observou que foram promovidas políticas favoráveis à família, como o teletrabalho e a licença parental, para apoiar o avanço das mulheres.

69. Com relação aos casos de conduta indevida, ela explicou que um caso de fraude estava relacionado a uma descrição enganosa sem repercussões financeiras; o outro estava relacionado a um pedido de reembolso do seguro de saúde. O custo financeiro desse último havia sido descontado do pagamento da indenização trabalhista do funcionário. A Repartição mantinha uma política de tolerância zero à fraude.

70. O Diretor observou que uma das responsabilidades mais importantes da Repartição era fortalecer as capacidades nacionais por meio de cooperação técnica. O objetivo de seus esforços nesse sentido era apoiar as autoridades sanitárias nacionais. No âmbito da Estratégia para o Pessoal 2.0, a Repartição estava trabalhando para responder a novas prioridades que haviam surgido durante a pandemia ou sido identificadas pelos Estados Membros em anos recentes. A Repartição havia redefinido o perfil para vagas a cargos de prazo fixo para assegurar que os candidatos qualificados seriam capazes de atender às necessidades em evolução. O Diretor explicou que o alto número de trabalhadores contingentes era o resultado de uma situação única decorrente da pandemia de COVID-19, da crise financeira e da falta de aumento das contribuições fixas. Entretanto, a Repartição continuaria buscando um melhor equilíbrio entre o número de funcionários de prazo fixo e de trabalhadores contingentes para promover a continuidade das iniciativas em andamento.

71. O Diretor reconheceu que, embora tenha havido avanços na paridade de gênero, eram necessárias políticas que pudessem fortalecer a participação das mulheres, particularmente em cargos de alto nível. Também observou que as mudanças na política de estágio haviam melhorado o acesso ao programa para candidatos de todos os países da Região, o que, por sua vez, poderia aumentar a diversidade no recrutamento de futuros funcionários. Por último, informou que foi realizada uma reunião sobre a Política de Prevenção da Exploração e do Abuso Sexual com os pontos focais nacionais para identificar as atividades que poderiam ser implementadas em nível nacional e regional. (As informações sobre o recrutamento de pessoal para supervisionar a implementação da Política de Prevenção da Exploração e do Abuso Sexual foram apresentadas em Outros Assuntos, ver o parágrafo 105).

72. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital (Documento SPBA17/11)

73. A Sra. Kristan Beck (Diretora de Administração da RSPA) apresentou uma atualização sobre a situação do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e seus cinco fundos subsidiários. Ela observou que o Documento SPBA17/11 apresentava detalhes sobre cada fundo subsidiário para 2022, incluindo saldos líquidos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo geral do Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$15,0 milhões. Ela informou que \$5,4 milhões haviam sido transferidos para o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis para cobrir despesas relacionadas à reforma do edifício da sede da OPAS, o que havia respondido por quase toda a utilização total do Fundo Subsidiário de \$8,7 milhões. A fase de construção do projeto de reforma havia começado em agosto de 2022 e previa-se que as reformas seriam concluídas até meados de 2023, com exceção da entrega e instalação do equipamento audiovisual. Até dezembro de 2022, haviam sido gastos \$8,4 milhões com o projeto de reforma, cujo orçamento total era de \$28,7 milhões.

74. Na discussão que se seguiu, foram solicitadas informações adicionais a respeito da variação dos custos dos veículos comprados pelo Fundo Subsidiário de Substituição de Veículos. Também se perguntou à Repartição se houve atrasos inesperados no projeto de reforma e se haveria fundos suficientes para concluir a obra em 2023, uma vez que o saldo do Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de apenas \$15 milhões.

75. A Sra. Beck disse que não houve atrasos durante o projeto de reforma, com exceção do atraso na entrega do equipamento audiovisual devido a problemas na cadeia de abastecimento. Foram realizadas reuniões semanais com a empreiteira para garantir que o trabalho ficasse dentro do cronograma. A Sra. Beck confirmou que haveria fundos suficientes para cobrir o custo das renovações, dado que mais \$8,3 milhões de outras fontes haviam sido alocados para o projeto. Ela explicou que o custo dos veículos comprados para o Haiti havia sido significativamente mais alto por serem veículos blindados.

76. O Diretor salientou que a reforma das salas de reunião criaria um ambiente mais saudável para os funcionários e representantes dos Estados Membros em termos de melhor qualidade do ar e nível de ruído, ao passo que o novo equipamento audiovisual permitiria à Repartição realizar mais reuniões híbridas, facilitando assim a participação dos Estados Membros. Ele observou, no entanto, que mesmo após a conclusão da obra no segundo e no décimo andar, os sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado do terceiro ao nono andar precisariam ser substituídos para assegurar um ambiente de trabalho saudável para os funcionários e para os representantes dos Estados Membros que visitassem o edifício.

77. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Documento SPBA17/12)

78. O Dr. James Fitzgerald (Diretor do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da RSPA) lembrou que, em maio de 2020, o Comitê Executivo havia adotado a Resolução CESS1.R1, autorizando um empréstimo emergencial de curto prazo de até \$50 milhões em caráter rotativo da conta de capital do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) para a conta de capital do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Fundo Estratégico). O Documento SPBA17/12 forneceu informações sobre a situação do empréstimo emergencial e as medidas tomadas para facilitar o acesso dos Estados Membros a insumos para combater a COVID-19.

79. Durante o período de 2020 a 2022, o Fundo Estratégico havia sido utilizado para adquirir mais de \$662 milhões em medicamentos e outros insumos de saúde pública em nome de 35 países e entidades participantes, o que se estima ter beneficiado cerca de 93 milhões de pessoas em toda a Região das Américas. O saldo da conta de capital do Fundo Estratégico havia aumentado 85% desde 2019, para \$33,9 milhões no fim de 2022. Havia sido feito um novo empréstimo emergencial interno da conta de capital do Fundo Rotativo para a conta de capital do Fundo Estratégico, levando o número total de empréstimos realizados durante o período de 2020 a 2022 para quatro. Esse empréstimo havia permitido a aquisição de suprimentos emergenciais de saúde para um Estado Membro. O empréstimo havia sido quitado em tempo hábil e não havia tido nenhum impacto negativo na disponibilidade de recursos para a aquisição de vacinas por meio do Fundo Rotativo. A fim de continuar a atender à demanda por medicamentos essenciais e insumos de saúde pública, o mecanismo de empréstimo emergencial interno continuaria em vigor até 31 de dezembro de 2023 ou até data em que a OMS declarasse o fim da pandemia, o que viesse primeiro.

80. Na discussão que se seguiu, os delegados saudaram os esforços da Repartição para apoiar os Estados Membros na obtenção de suprimentos essenciais por meio do Fundo Estratégico durante a pandemia. Observou-se que a ligeira diminuição na utilização do Fundo Estratégico parecia sugerir que os Estados Membros estavam conseguindo utilizar melhor os procedimentos padrão. Os delegados também aplaudiram as medidas tomadas para ajudar os Estados Membros a fortalecer sua capacidade de gestão da cadeia de suprimento usando planejamento da demanda e estruturas de consolidação regional. No entanto, tendo em vista a continuidade dos problemas na cadeia de suprimento, perguntou-se à Repartição quais medidas adicionais poderiam ser tomadas para ajudar os Estados Membros a fabricar suprimentos médicos dentro da Região. Embora a necessidade do mecanismo de empréstimo emergencial naquele momento fosse reconhecida, destacou-se que qualquer empréstimo proveniente da conta de capital do Fundo Rotativo deveria ser prontamente reembolsado. A Repartição foi encorajada a garantir que não precisaria contar com a concessão de empréstimos emergenciais para atender às necessidades dos Estados Membros durante futuras emergências de saúde pública.

81. O Dr. Fitzgerald explicou que o empréstimo havia facilitado a rápida mobilização de recursos para assegurar a aquisição de suprimentos relacionados à COVID-19 e outros serviços essenciais de saúde. Ele também observou que o maior volume de aquisição havia aumentado rapidamente o capital disponível, já que uma pequena porcentagem de cada dólar gasto era depositada na conta de capital. Como resultado, a conta de capital do Fundo Estratégico havia registrado um forte crescimento, reduzindo a necessidade de utilizar o empréstimo emergencial. Ele encorajou todos os Estados a trabalharem com a Repartição para utilizar o Fundo Estratégico de forma a fortalecer os programas prioritários de saúde pública de uma forma que garanta a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos a preços acessíveis. Fazendo isso, continuariam a aumentar a conta de capital do Fundo Estratégico, o que, por sua vez, evitaria a necessidade de um empréstimo emergencial na próxima pandemia.

82. Tendo em vista as rupturas na cadeia de suprimento, que haviam afetado particularmente os países do Caribe, destacou que o Fundo Estratégico desempenhava um papel importante na aquisição e gestão de suprimentos para programas prioritários. Os pequenos volumes de produtos necessários em nível nacional criavam desafios que podiam ser resolvidos juntando-se pedidos em volumes maiores para aproveitar a capacidade das economias de escala. A Repartição esperava trabalhar com os países caribenhos para solucionar essas questões.

83. O Diretor agradeceu aos Estados Membros por sua confiança ao aprovar o empréstimo emergencial para a conta de capital do Fundo Estratégico a fim de apoiar a compra de insumos críticos durante a pandemia. Ele incentivou os Estados Membros a considerar o Fundo Estratégico como parte de um pacote abrangente de cooperação técnica e a utilizá-lo de forma verdadeiramente estratégica, em vez de tratá-lo como um fundo de emergência para adquirir insumos específicos. Ele observou que o Fundo Estratégico poderia melhorar o acesso a medicamentos de alto custo a preços acessíveis se mais países o utilizassem para a aquisição de tais medicamentos, o que permitiria que a Repartição fizesse pedidos de alto volume. A Repartição está comprometida em apoiar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos em seus esforços para identificar uma lista estratégica de medicamentos de alto custo; o Fundo Estratégico poderia ser utilizado para fazer aquisições e facilitar o acesso a esses medicamentos.

84. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) (Documento SPBA17/13)

85. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) lembrou a história e as funções do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e observou que, desde seu início, em 1967, a BIREME havia operado segundo o quadro normativo de um acordo de manutenção entre a OPAS e o Governo do Brasil. Em 2009, reconhecendo que a estrutura institucional do Centro não atendia adequadamente

às necessidades, o Conselho Diretor da OPAS havia adotado uma resolução⁵ que estabelecia uma nova estrutura e diferentes categorias de membros da BIREME. Além disso, solicitava ao Diretor que iniciasse negociações com o Governo do Brasil para celebrar um novo acordo de sede que definisse melhor o papel do Governo e um acordo de instalações para a continuidade da operação da BIREME no campus da Universidade Federal de São Paulo. Essas negociações não haviam sido bem-sucedidas e, em 2016, as instalações da BIREME haviam sido transferidas para um imóvel comercial. Agora a Repartição recomendava que os Artigos I e XI do Estatuto da BIREME fossem modificados para refletir a mudança de localização do Centro e para dar à Repartição flexibilidade para mudar novamente o local das instalações do Centro, se necessário. A Dra. Jiménez observou que as modificações propostas haviam sido redigidas em colaboração com o Governo do Brasil.

86. O Delegado do Brasil, reafirmando o apoio de seu Governo às modificações propostas, disse que o apoio à produção científica e à disseminação de informações de qualidade e baseadas em evidências era uma prioridade do Brasil. Também destacou o importante papel da BIREME como um veículo para a democratização de informações de qualidade em saúde, o que era essencial para a tomada de decisões baseadas em evidências e para a inclusão social. Além disso, observou que, além de aprovar as modificações propostas ao Estatuto da BIREME, o Comitê Assessor do Centro discutiu possibilidades de cooperação para promover produtos e serviços desenvolvidos pela BIREME e fomentar a sustentabilidade institucional do Centro, incluindo seu financiamento.

87. A Dra. Jiménez expressou gratidão ao Governo do Brasil por sua colaboração na redação das modificações propostas ao Estatuto da BIREME.

88. O Diretor, observando que as modificações propostas refletiam a situação atual e ofereciam a flexibilidade necessária tanto para a OPAS quanto para o Governo do Brasil, afirmou que a BIREME desempenhava um papel importante ao oferecer cooperação técnica para melhor uso das informações e tradução dos conhecimentos para utilização em saúde pública. Além disso, ressaltou que o Centro também havia desempenhado um papel muito importante na avaliação e divulgação de informações durante a pandemia de COVID-19.

89. O Subcomitê apoiou as modificações propostas ao Estatuto da BIREME.

Assuntos de informação geral

Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS (Documento SPBA17/INF/1)

90. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o relatório, observando que o documento apresentava uma atualização sobre questões estratégicas de alto nível e oportunidades relacionadas à colaboração da OPAS com a OMS. O relatório se concentrou em questões de liderança e

⁵ Ver Resolução CD49.R5 (2009).

governança e em assuntos relacionados à responsabilidade e transparência. Além disso, forneceu informações sobre consultas em andamento relativas às principais questões de âmbito mundial relacionadas a emergências de saúde, inclusive dentro do Grupo de Trabalho para Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) e do Órgão de Negociação Intergovernamental encarregado de redigir e negociar um novo instrumento internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias. Com relação a esse último, o Sr. Maza observou que, em março de 2023, a Repartição havia convocado uma consulta regional presencial sobre a versão preliminar do instrumento. O relatório também fornecia informações sobre o trabalho do Grupo de Trabalho Ágil dos Estados Membros sobre o Fortalecimento da Governança Orçamentária, Programática e Financeira da OMS e sobre o desenvolvimento do projeto de orçamento por programas da OMS para o próximo biênio.

91. O Sr. Maza expressou apreço aos Estados Membros da OPAS por sua participação ativa nos exercícios de priorização realizados para os orçamentos por programas da OMS e da OPAS para 2024-2025 e assegurou que a Repartição continuaria a compartilhar informações, organizar reuniões e *briefings* e fornecer qualquer outro apoio necessário para facilitar a participação dos países da Região nos vários processos de âmbito mundial em curso e assegurar que as perspectivas regionais fossem levadas em consideração.

92. O Subcomitê agradeceu à Repartição por seus esforços para manter os Estados Membros informados sobre o progresso dos vários processos de âmbito mundial e permitir sua participação em consultas mundiais e regionais para obter um consenso regional sobre as questões em discussão. Salientou-se que a Região das Américas estava em uma posição única para contribuir para os esforços de fortalecer a preparação e a resposta da OMS a emergências de saúde. Uma delegada ressaltou a necessidade de alinhamento e estreita cooperação entre os envolvidos em saúde mundial, incluindo a OPAS e a OMS, e outra delegada enfatizou a importância de assegurar processos transparentes, inclusivos e baseados em consenso que respeitassem as necessidades de todos os Estados Membros, levassem em conta seus horários de trabalho e seus idiomas e fossem realizados em prazos realistas. Também se enfatizou a importância de assegurar a participação de Microestados. A Repartição foi solicitada a fornecer informações sobre a ferramenta de revisão universal da saúde e da preparação (UHPR, na sigla em inglês) proposta pelo Diretor-Geral da OMS,⁶ especificamente as lições aprendidas com as experiências-piloto com a UHPR, e a indicar se algum país da Região estava aplicando a ferramenta no momento.

93. O trabalho do Grupo de Trabalho Ágil dos Estados Membros sobre o Fortalecimento da Governança Orçamentária, Programática e Financeira da OMS foi saudado. Destacou-se que o aumento de 20% nas contribuições fixas propostas no orçamento por programas da OMS para 2024-2025 deve vir acompanhado de um compromisso de buscar ganhos de eficiência, reduzir custos, redefinir prioridades e melhorar a governança e a transparência.

94. Os esforços da Repartição para aumentar o compartilhamento de informações relevantes e das melhores práticas da Região com a OMS foram aplaudidos. Considerou-

⁶ Ver o Documento EB152/12 do Conselho Executivo da OMS (2023).

se importante mostrar como o trabalho da Região contribuiu para os resultados mundiais de saúde. Nesse contexto, o Fundo Rotativo da OPAS foi visto como uma melhor prática internacional, e chamou-se a atenção para as deficiências do Mecanismo de Acesso Global às Vacinas contra COVID-19 (COVAX), que levou a escassez e desperdício de vacinas.

95. Sugeriu-se que, como a OMS estava em um momento histórico que implicaria a tomada de decisões cruciais para seu futuro, com repercussões em nível regional, os futuros relatórios deveriam incluir uma análise do impacto das decisões mundiais na Região, juntamente com riscos identificados e recomendações claras que ajudassem os Estados Membros a determinar seus posicionamentos nacionais.

96. O Sr. Maza agradeceu aos Estados Membros por seus comentários, que ajudarão a Repartição a refinar a próxima versão do relatório, e reiterou que o relatório fornecia informações resumidas sobre questões de alto nível, lembrando que os detalhes eram apresentados em relatórios específicos sobre as diversas questões. Além disso, reafirmou que a Repartição continuaria apoiando a participação dos Estados Membros da OPAS nos vários processos de âmbito mundial em andamento, inclusive defendendo horários convenientes de reuniões, melhorando a disponibilidade de documentos e organizando *briefings* e consultas regionais. Com relação ao aumento de 20% nas contribuições fixas proposto pela OMS, ele observou que os Estados Membros da Região haviam repetidamente destacado a necessidade de melhor governança, eficiência, responsabilidade e transparência e ressaltou que seria importante que os Estados Membros da OPAS defendessem um aumento no montante de fundos flexíveis da OMS destinados à Região.

97. O Dr. Ciro Ugarte (Diretor do Departamento de Emergências de Saúde da RSPA) explicou que a UHPR ainda estava nos estágios iniciais de implementação e que ainda não havia sido realizada nenhuma avaliação desse tipo em países das Américas. Com relação ao relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS, confirmou que o objetivo da Repartição era apresentar informações estratégicas e técnicas, incluindo informações sobre as implicações para a Região. Nesse sentido, informou que a Repartição estava desenvolvendo um documento para apoiar as deliberações dos Estados Membros no Órgão de Negociação Intergovernamental.

98. O Diretor, tomando nota dos comentários a respeito do Mecanismo COVAX, observou que a pandemia havia evidenciado a necessidade de um mecanismo que pudesse proporcionar acesso equitativo efetivo a vacinas, medicamentos e suprimentos de laboratório. Em sua opinião, tal mecanismo poderia aproveitar a experiência do Acordo-Quadro de Preparação para a Pandemia de Influenza, adotado em 2011,⁷ e deveria fazer parte de qualquer instrumento novo a ser negociado. Nas discussões sobre as modificações ao Regulamento Sanitário Internacional (2005), seria necessário reconhecer as situações específicas dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento para alcançar as capacidades básicas e a necessidade de resolvê-las usando uma abordagem sub-regional. Ele concordou que era essencial que as perspectivas de todos os Estados Membros estivessem representadas nessas discussões e nas negociações sobre um novo instrumento

⁷ Ver Resolução WHA64.5 (2011).

de prevenção, preparação e resposta a pandemias e garantiu ao Subcomitê que a Repartição continuaria dando todo o apoio necessário para facilitar a participação dos Estados Membros da OPAS e forjar propostas regionais que contribuíssem para os debates mundiais.

99. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Projeto de agenda provisória para a 172ª sessão do Comitê Executivo (Documento SPBA17/INF/2)

100. O Sr. Nicolás Lagomarsino (Assessor Sênior do Escritório dos Órgãos Diretores da RSPA) apresentou o projeto de agenda provisória para a 172ª Sessão do Comitê Executivo, que refletia as revisões realizadas na lista de tópicos examinados durante a 171ª Sessão do Comitê Executivo em setembro de 2022. A agenda incluía quatro temas nos assuntos relativos à política de programas que refletiam pedidos dos Estados Membros de manter o foco em questões estratégicas. A agenda também incluía os temas habituais considerados pelo Comitê Executivo em suas sessões de junho e um conjunto de relatórios finais e de progresso exigidos por resoluções previamente adotadas.

101. Na discussão que se seguiu, observou-se que o cronograma muito apertado para a redação de modificações ao Regulamento Sanitário Internacional e de minutas de consenso para uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (ver parágrafos 90 a 99) poderia prejudicar os esforços para realizar um processo de negociação inclusivo, já que países em desenvolvimento e com recursos técnicos limitados poderiam não ser capazes de participar plenamente do processo. Além disso, o cronograma não proporcionava tempo adequado para que os países realizassem consultas nacionais de forma a assegurar a existência da capacidade necessária para cumprir as obrigações propostas.

102. O Sr. Lagomarsino reconheceu que haviam sido agendadas diversas reuniões do grupo de trabalho da OMS em preparação para a 76ª Assembleia Mundial da Saúde e assegurou aos Estados Membros que a Repartição continuaria apoiando sua participação nesses processos.

103. O Diretor disse que era importante manter uma agenda estratégica para o Comitê Executivo a fim de dar a melhor orientação possível para os Estados Membros e otimizar o uso de seu tempo. Também observou que muitos assuntos técnicos estavam abrangidos pelo Plano Estratégico da OPAS para 2020-2025, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e por outros mandatos gerais e, portanto, não demandavam um mandato separado. Com relação à participação dos Estados Membros nas negociações da OMS, a Repartição reconheceu, em particular, os desafios enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e por países com presença limitada em Genebra. Assim, seriam realizadas várias reuniões de nível regional para tratar de temas específicos relacionados às modificações ao Regulamento Sanitário Internacional e ao novo instrumento da OMS. Além disso, um evento paralelo poderia ser realizado durante a futura

sessão do Conselho Diretor para fazer atualizações e receber contribuições de Estados Membros que não pudessem participar diretamente das reuniões da OMS em Genebra.

104. O Subcomitê endossou a agenda provisória.

Outros assuntos

105. A convite do Diretor, o Sr. Philip MacMillan (Gerente do Escritório de Ética da RSPA) fez uma atualização sobre o recrutamento de pessoal para supervisionar a implementação da Política de Prevenção da Exploração e do Abuso Sexual da OPAS. Ele informou que a OMS havia financiado seis cargos de coordenador regional, um para cada região da OMS, e 11 cargos em representações da OPAS/OMS nos países, incluindo um na Região das Américas (na República Bolivariana da Venezuela). A OMS havia conduzido um processo de seleção mundial para esses 17 cargos, mas ainda não se havia identificado nenhum candidato adequado para a Região. A Repartição havia, portanto, contratado um profissional de curto prazo para desempenhar temporariamente as funções de coordenador regional. A Repartição também estava tentando obter financiamento para um cargo na Representação da OPAS/OMS no Haiti. Enquanto isso, a Repartição havia fornecido recursos para a contratação de um consultor em prevenção e resposta a condutas indevidas de natureza sexual no Haiti. Como nenhum dos candidatos propostos pela OMS para o cargo de coordenador regional falava espanhol, a Repartição planejava fazer sua própria divulgação desse cargo, além de anunciar os cargos nas representações na Venezuela e no Haiti com o objetivo de ampliar o conjunto de candidatos elegíveis.

Encerramento da sessão

106. Após a troca habitual de cortesias, o Presidente deu por encerrada a 17ª Sessão do Subcomitê.

Anexos

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Presidente da Décima Sétima Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração, delegado da República Dominicana, e o Secretário *ex officio*, Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente relatório final no idioma espanhol.

LAVRADO em Washington D.C., Estados Unidos da América, neste vigésimo terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três. O Secretário depositará o documento original assinado nos arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana. Uma vez aprovado pelo Presidente, o relatório final será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde.

Miguel Rodríguez
Presidente da 17ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento
e Administração
Delegado da República Dominicana

Jarbas Barbosa da Silva
Secretário *ex officio* da 17ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento
e Administração
Diretor da Repartição Sanitária
Pan-Americana

AGENDA

- 1. ABERTURA DA SESSÃO**
 - 2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO**
 - 2.1 Eleição da Mesa Diretora
 - 2.2 Adoção da agenda
 - 3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DOS PROGRAMAS**
 - 3.1 Esboço do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025
 - 3.2 Escala de contribuições fixas para 2024-2025
 - 3.3 Colaboração com agentes não estatais
 - 3.4 Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
 - 3.5 Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
 - 4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**
 - 4.1 Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2022
 - 4.2 Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
 - 4.3 Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
 - 4.4 Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
 - 4.5 Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital
 - 4.6 Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
 - 4.7 Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)
-

5. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO GERAL

5.1 Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS

5.2 Projeto da agenda provisória para a 172ª Sessão do Comitê Executivo

6. OUTROS ASSUNTOS

7. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos de trabalho

SPBA17/1	Agenda
SPBA17/2	Esboço do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025
SPBA17/3	Escala de contribuições fixas para 2024-2025
SPBA17/4	Colaboração com agentes não estatais
SPBA17/5	Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA17/6	Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
SPBA17/7	Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2022
SPBA17/8	Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
SPBA17/9	Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA17/10	Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA17/11	Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital
SPBA17/12	Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
SPBA17/13	Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)

Documentos da informação

SPBA17/INF/1	Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
SPBA17/INF/2	Projeto da agenda provisória para a 172ª Sessão do Comitê Executivo

**LIST OF PARTICIPANTS/LISTA DE PARTICIPANTES
OFFICERS/MESA DIRECTIVA**

President/Presidente: Lic. Miguel Rodríguez (República Dominicana)
Vice-President/Vice-Presidente: Dr. Patrick Martin (Saint Kitts and Nevis)
Rapporteur/Relator: Dra. Carla Moretti (Argentina)

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ

ARGENTINA

Dra. Carla Moretti
Directora Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

Lic. Georgina Grigioni
Asesora
Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

BRAZIL/BRASIL

Sra. Indiara Meira Gonçalves
Assessora para Assuntos Multilaterais
em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Sr. Ciro Leal Martins da Cunha
Conselheiro, Representante Alterno
do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Isabela Almeida
Assessora Técnica
Ministério da Saúde
Brasília

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA
DOMINICANA**

Lic. Miguel Rodríguez
Viceministro de Fortalecimiento
del Sector Salud
Ministerio de Salud Pública
Santo Domingo

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA
DOMINICANA (cont.)**

Excmo. Sr. Josué Fiallo
Embajador, Representante Permanente de
la República Dominicana ante la
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Erika Álvarez
Ministra Consejera, Representante Alternativa
de la República Dominicana ante la
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

HONDURAS

Dra. Dafne Carias Mossi
Asistente del Secretario de Estado
en el Despacho de Salud
Secretaría de Salud
Tegucigalpa

JAMAICA

Mr. Dunstan Bryan
Permanent Secretary
Ministry of Health and Wellness
Kingston

Mr. Andre Wiltshire
Director of Programme Coordination,
Planning and Strategic Initiatives
Office of the Permanent Secretary
Ministry of Health and Wellness
Kingston

**SAINT KITTS AND NEVIS/SAINT KITTS Y
NEVIS**

Dr. Patrick Martin
Chief Medical Officer
Ministry of Health
Basseterre

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)

UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA

Ms. Adriana Gonzalez
Health Advisor
Office of Economic and
Development Assistance
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Barbara De Rosa-Joynt
Senior Health Advisor
Office of Economic and
Development Assistance
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Daniela Aguirre
Global Health Officer
Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mr. Matthew Carvalho
Global Health Intern
Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)

Ms. Sarah Ripley
Program Analyst
Office of Management Policy
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. James P. Shuster
Program Analyst
Office of Management Policy
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Lars Spjut
Program Analyst
Office of Management Policy
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Christina Taylor
Senior Global Health Officer
for Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

ANTIGUA AND BARBUDA/ANTIGUA Y BARBUDA

Dr. Rhonda Sealey-Thomas
Chief Medical Officer
Ministry of Health, Wellness and the
Environment
St. John's

BOLIVIA

Sra. María Claudia Saravia Salinas
Attaché, Representante Alternativa
de Bolivia ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

CANADA/CANADÁ

Dr. Madeleine Bird
Manager
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Public Health Agency of Canada
Ottawa

Ms. Charlotte McDowell
Senior Development Officer
Permanent Mission of Canada to the
Organization of American States
Washington, D.C.

Mrs. Jennifer Izaguirre
Senior Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Public Health Agency of Canada
Ottawa

CANADA/CANADÁ (cont.)

Ms. Noémie Cloutier
Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Public Health Agency of Canada
Ottawa

MEXICO/MÉXICO

Dra. Zulema Guerra Carpio
Subdirectora de Gestión Interamericana
Secretaría de Salud
México, D.F.

Sra. Socorro Guadalupe Jorge Cholula
Consejera, Representante Alterna de
México ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

OBSERVER STATES/ESTADOS OBSERVADORES

SPAIN/ESPAÑA

Excma. Sra. Dña. Carmen Montón
Embajadora, Observadora Permanente de
España ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

SPAIN/ESPAÑA (cont.)

Sr. Marcos Vega
Observador Permanente Adjunto de
España ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

**PAN AMERICAN SANITARY BUREAU/
OFICINA SANITARIA PANAMERICANA**

**Director and Secretary *ex officio* of the
Subcommittee/**

**Director y Secretario *ex officio* del
Subcomité**

Dr. Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Director/Director

**Advisers to the Director/
Asesores del Director**

Ms. Mary Lou Valdez
Deputy Director/Directora Adjunta

Dr. Marcos Espinal
Acting Assistant Director/Subdirector interino

**PAN AMERICAN SANITARY BUREAU/
OFICINA SANITARIA PANAMERICANA (cont.)**

**Advisers to the Director/
Asesores del Director (cont.)**

Ms. Kristan Beck
Director of Administration
Directora de Administración

Dr. Heidi Jiménez
Legal Counsel
Asesora Jurídica

**Advisers to the Director/
Asesores del Director (cont.)**

Mr. Nicolás Lagomarsino
Senior Advisor, Governing Bodies Office
Asesor Principal, Oficina de los Cuerpos
Directivos

- - -